

CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE

COMPARATIVA A NÍVEL NACIONAL E ESTADUAL

SANTA CATARINA'S DEVELOPMENT: A NATIONAL AND REGIONAL COMPARATIVE ANALYSIS

THIAGO VIZINE DA CRUZ¹

RESUMO

O presente trabalho propõe verificar se o desenvolvimento de Santa Catarina tem se dado em alicerces sociais e econômicos adequados, e realizar uma comparação com outros estados brasileiros e com os dados nacionais. Ao final do trabalho chegou-se a conclusão que embora Santa Catarina possua condições melhores que os demais estados em alguns indicadores, a diferença vem diminuindo ao longo dos anos.

Palavras-chave: Brasil; Santa Catarina; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This study proposes is to verify whether the development of Santa Catarina has occurred in social and development foundations, and make a comparison with other states and with Brazil. At the end of the work we came to the conclusion that although Santa Catarina have better conditions than the other states in some indicators, the difference has diminished over the years.

Key words: Brazil; Santa Catarina; Development.

1. INTRODUÇÃO

O propósito central desse artigo é analisar o desenvolvimento de Santa Catarina em comparação com os outros estados brasileiros no período entre 1998 e 2012. Partiu – se da hipótese de que o estado de Santa Catarina tem conseguido se desenvolver de forma econômica, social e ecologicamente sustentável nos últimos anos. Para isto iremos revisar o conceito de desenvolvimento, apresentar os dados do desenvolvimento no Brasil e de Santa

¹ Professor de Economia no grupo Uniasselvi, Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB); email thiagovizine@yahoo.com.br

CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031

Catarina, e analisar se ele conseguiu promover resultados como sustentabilidade e diminuição da desigualdade social. Para que tal objetivo pudesse ser alcançado foi feita a revisão da literatura através da pesquisa em livros e artigos especializados. Para fazer as comparações, se valeu de indicadores dos dados do Governo do Estado de Santa Catarina, do IBGE e do PNUD.

Para alcançarmos os objetivos supracitados, faz-se necessário entendermos do que estamos falando. Assim, antes de analisarmos os dados pesquisados, vamos rever a teoria que fala do assunto. Em um primeiro momento, vamos ver o que é Desenvolvimento. Qual o seu conceito? O que as grandes escolas, como os Clássicos, os Neoclássicos, os Marxistas, os Keynesianos e os Shumpeterianos falam sobre o assunto?

Em termos metodológicos, a pesquisa realizada para elaboração deste trabalho foi de natureza tanto quantitativa quanto qualitativa. Isso se deve pelo fato de a pesquisa possuir ambas as características, visto que demanda coleta de dados e posteriormente a interpretação deles. Além disso, vale ressaltar que a revisão de literatura para a realização deste trabalho se deu pela pesquisa em livros e artigos especializados. Para fazer as comparações, se valeu de indicadores dos dados do Governo do Estado de Santa Catarina, do IBGE e do PNUD. Por último, por objetivar não apenas o conhecimento científico, mas também por estar voltado para questões que envolvem o cotidiano, este trabalho possui uma finalidade aplicada.

Em seguida entraremos nos indicadores para fazermos a análise final, comparando e analisando os dados nacionais e os de Santa Catarina

2. DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO E AMBIENTAL

2.1. CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Nem sempre as palavras Crescimento e Desenvolvimento Econômico tiveram os significados que conhecemos hoje. Originalmente, elas tinham o mesmo significado, mas isso é só porque a própria economia tinha um significado diferente no seu início. Na época de Aristóteles, a economia tinha uma ligação muito profunda com a ética.

(...) a economia e a ética estavam interligadas, desde o tempo de Aristóteles, por duas questões centrais de fundo:

O problema da motivação humana (como deveríamos viver?)

A avaliação das conquistas sociais (SACHS, 2004, p. 13)

CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031

Porém, a Economia acaba se separando da ética e assumindo uma preocupação única com a acumulação de capitais, se esquecendo, por assim dizer, do seu outro lado. Podemos ver esta transição de modo bastante clara com Adam Smith.

Com efeito, é notável a mudança que em Adam Smith se consoma na sua transição da ética para a teoria econômica. Em seu *The Theory of Moral Sentiments* (1759), defendeu que moralidade e virtude repousam, em primeira linha, sobre a cordialidade. Apenas um sentimento mais altruístico poderia tornar o agir humano mais significativo. Mais tarde, no entanto, em sua análise da realidade econômica, não mais se encontrará vestígio nem de cordialidade, nem de moralidade, nem de virtude e nem de altruísmo: a preocupação central de Adam Smith, em sua obra de 1776, será o interesse individual. (THEIS, 2008, p. 260-261)

Daí por diante, não só com Smith, mas com Malthus, Ricardo, Mill, Say e todos os outros que vieram depois deles, passaram a considerar a Economia como a acumulação de riquezas - desta forma, eles acreditavam que o “desenvolvimento” viria automaticamente. A partir de então, o outro lado da Economia, aquele ligado com a ética ficou praticamente esquecido.

Recentemente, alguns economistas passaram a repensar este conceito, e assim, passamos a ter teses como a de Theofanides, Sen, Sachs, Theis, entre outros, que defendem que a Economia deveria significar, não apenas um acúmulo de capital, mas também uma distribuição mais igualitária, permitindo melhores condições a todos que compõem a sociedade, se aproximando novamente do conceito existente na época de Aristóteles.

O desenvolvimento, distinto de crescimento econômico, cumpre este requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.

No contexto histórico em que surgiu, a ideia de desenvolvimento implica na expiação e na reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, (...). (SACHS, 2004, p. 13)

Assim, não basta apenas melhorar a eficiência alocativa, se preocupar com a taxa de poupança, com a taxa de crescimento da força de trabalho e do quociente capital/trabalho, como faziam Roy Harrod e Evsey Domar, ou ainda promover o desenvolvimento de novas tecnologias, como Solow propunha. É preciso, antes de tudo,

(...) promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância. (SACHS, 2004, p. 14)

Em 1990, o economista paquistanês Mahbub ul Haq propôs significados distintos para Crescimento e Desenvolvimento. Para Mahbub, a palavra Crescimento deveria continuar simbolizando o aumento do Produto Interno Bruto, como já vem sendo feito há algum tempo. Por outro lado, Desenvolvimento deveria levar em consideração fatores como qualidade de vida, expectativa de vida, longevidade e educação.

2.2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Ao longo dos últimos anos, estudos e pesquisas têm trazido à luz do dia novas subdivisões do tema Desenvolvimento. Hoje, existem mais de 32 subdivisões. Para o que este trabalho se propõe, e também por uma questão de tempo e espaço, vamos nos ater a 2 subdivisões que irão servir de norte para este trabalho. Vamos trabalhar com desenvolvimento econômico, e social.

2.2.1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Até hoje, a Riqueza das Nações de Smith é admirada e serve como fundamento para toda a Economia. Ela foi a precursora da teoria do crescimento e, como consequência, lançou as bases para o que seria, ou o que pode se chamar de Desenvolvimento Econômico

A teoria de Smith, de que o individualismo seria a força motriz da economia, perdurou por muitos anos. Na verdade, foi apenas depois da Grande Depressão que se percebeu que a acumulação de riquezas não era o suficiente para o Desenvolvimento Econômico.

Considerando que na época, o atraso de alguns países era visto como um problema de insuficiente crescimento econômico (HEIN, 1981, p. 69), levantou-se a questão de como se poderia acelerar a produção desses países - aparentemente prisioneiros da escassez crônica de recursos. (THEIS, 2008, p. 262)

A partir daí, passaram a surgir teorias como a de Harrod – Domar, sobre a ligação entre crescimento e a taxa de poupança, a de Solow, que dizia que o fator mais importante era a tecnologia, a de Schumpeter, sobre a importância da classe empresarial, entre outros.

Depois da 2ª Guerra Mundial, 4 linhas de pensamento dominaram a literatura econômica.

A literatura pós-2ª Guerra Mundial sobre desenvolvimento econômico foi dominada por 4 principais linhas de pensamento e, às vezes, concorrentes entre si: (1) modelo de crescimento linear; (2) teoria de mudança estrutural; (3) a revolução de dependência internacional; e (4) a neoclássica, contra-revolução de livre mercado. Nos anos recentes, uma abordagem eclética emergiu, contendo todas essas quatro teorias. (TODARO, 2002, p. 111)

A teoria do Crescimento Linear, que surgiu no final da década de 1950 e começo da década de 1960, apregoava que existia uma série de “passos” que todos os países deveriam seguir para alcançar o tão almejado desenvolvimento. Além disso, ela dizia que tudo o que um determinado país precisava para se desenvolver era uma combinação específica entre poupança, investimento e ajuda externa.

CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031

Em 1970, essa teoria perdeu força e outras duas tomaram o seu lugar. Primeiro veio a teoria da Mudança Estrutural. Assim, como a teoria do Crescimento Linear, a teoria da Mudança Estrutural também defendia que existe uma série de etapas, uma espécie de caminho a ser seguido por todos os países que querem se desenvolver. Porém, segundo esta, esse caminho não se baseava apenas na mudança das combinações dos fatores - ela incluía também mudanças reais na sua estrutura, e se valia das modernas teorias econômicas e da estatística para reforçar sua crença.

Após a teoria da Mudança Estrutural, veio a Revolução da Dependência Internacional, que não só era mais radical, como continha um forte viés político. Entre outras coisas, esta teoria relacionava as forças nacionais e internacionais à rigidez estrutural e institucional, a existência de duas sociedades e duas economias no mundo. A ênfase maior era dada na necessidade de novas políticas para lidar com o subdesenvolvimento. Por outro lado, não foi dada muita atenção para a parte econômica.

Por último, durante a década de 1980 e começo da década de 1990, a Contra-revolução Neoclássica tomou corpo. Retomando as ideias da Escola Clássica, dizia que o governo deveria deixar que o mercado decidisse por si só (*laissez-faire*). Para ela, a racionalidade prevaleceria e, no final, as melhores decisões seriam tomadas.

2.2.2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Quando a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento fala em desenvolvimento sustentável, ela traz consigo não só um viés ambiental, mas também uma parte social na sua definição:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos chaves:

O conceito de “necessidades”, sobre tudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;

A noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. (CMMAD, 1988, p. 46)

O que exatamente o primeiro conceito quer dizer? Ignacy Sachs (SACHS, 2004, p.14,15) tem um ponto de vista interessante sobre isso: “A equidade, traduzida em termos operacionais, significa o tratamento desigual dispensado aos desiguais, de forma que as regras do jogo favoreçam os participantes mais fracos e incluam ações afirmativas que os apoiem.”

Sachs lança mão de mais dois argumentos em prol do desenvolvimento incluyente.

A teoria do “efeito cascata” seria totalmente inaceitável em termos éticos, mesmo se funcionasse, o que não é o caso. Num mundo de desigualdades abismais, é um absurdo pretender que os ricos

CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031

devam ficar mais ricos ainda, para que os destituídos possam ser um pouco menos destituídos. (SACHS, 2004, p, 26)

Como observou Ricupero (2002, p. 64), as economias não se desenvolvem simplesmente porque existem. O desenvolvimento econômico tem sido uma exceção histórica, e não a regra. (SACHS, 2004, p. 27)

Sendo assim, o que deveríamos fazer? Para que possamos viver um mundo mais justo, duas ações principais se fazem necessárias. Primeiro, melhorar as condições dos mercados de trabalho, de forma a permitir que todos tenham acesso a um trabalho de qualidade, de modo que a grande maioria possa deixar os meios precários de onde extrai a sua sobrevivência. O segundo passo é permitir, e fomentar a participação de todos na vida política, permitindo que todos participem efetivamente das decisões políticas de seu país. A democracia, como afirma Sen, “é um valor fundamental”. E precisa ser estendido a todos. Além disso, é preciso também garantir livre acesso aos serviços públicos, tais como saúde pública, moradia, programas de assistência, e principalmente a educação.

Por último,

(...) é fazer uma distinção entre as políticas compensatórias financiadas pela redistribuição de renda mediante o sistema fiscal e as políticas de emprego que mudam a distribuição de renda primária. Ambas são necessárias, porém as primeiras são de natureza puramente social e requerem despesas contínuas, ano após ano, enquanto que as segundas, mediante a criação de oportunidades de trabalho decente, geram renda e proporcionam uma solução duradoura ao problema social. *Ceteris paribus*, a geração de emprego deve ser preferida às políticas assistencialistas compensatórias, se não por outra razão, porque as segundas nunca proporcionam a dignidade que provém do emprego. (SACHS, 2004, p. 41)

3. DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Ao contrário das treze colônias inglesas situadas no hemisfério norte, a posição adotada aqui no Brasil nunca foi de povoamento, mas unicamente exploratória. Se olharmos para o desenvolvimento do Brasil, veremos que, embora tenhamos obtido alguma forma de crescimento ao longo dos anos, isso não significava que estávamos tendo desenvolvimento.

Quando a economia brasileira saiu da base açucareira e passou para a era do ouro, a situação não mudou. Primeiro, porque o Tratado de Methuen inibia qualquer estímulo de desenvolvimento industrial. Segundo, porque uma economia baseada na escravidão, como era a nossa, não permitia criar um mercado interno que desse alguma propulsão à economia, uma vez que havia mais escravos do que livres por aqui. Quando os primeiros aluviões começaram a achar ouro em terras brasileiras, a imigração para o Brasil obteve um estímulo como nunca tinha

CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031

tido antes. Mas esse estímulo não durou muito. Isso porque as condições em que os primeiros imigrantes que aqui viviam eram tão precárias, que alguns países na Europa chegaram a proibir a emigração para o Brasil.

Para sanar este problema, o governo brasileiro e os fazendeiros do café tiveram que mudar radicalmente sua forma de tratar os que se propunham a vir para o Brasil e os que aqui chegavam.

A solução veio em 1870, quando o governo imperial passou a encarregar-se dos gastos do transporte dos imigrantes que deveriam servir à lavoura cafeeira. Ademais, ao fazendeiro cabia cobrir os gastos do imigrante durante seu primeiro ano de atividade, isto é, na etapa de maturação de seu trabalho. Também devia colocar à sua disposição terras em que pudesse cultivar os gêneros de primeira necessidade para a manutenção da família. [...] Este conjunto de medidas tornou possível promover, pela primeira vez na América, uma volumosa corrente imigratória de origem européia destinada a trabalhar em grandes plantações agrícolas. (FURTADO, 2000, p. 133)

Este tipo de solução permitiu que houvesse um aumento na massa salarial e que o mercado interno começasse a se desenvolver. Mas estas medidas se preocupavam unicamente com o crescimento da então colônia e não com o desenvolvimento dela. Desta forma, o desenvolvimento veio como uma consequência, e não como um motivador.

Mesmo depois da Grande Depressão e do golpe deflagrado por Getúlio Vargas, o quadro não se inverteu. Assim como quando Juscelino Kubtschek implantou o Plano de Metas, ou quando os militares promoveram o “Milagre Econômico”. Em todos estes casos, sempre tivemos um crescimento baseado na concentração de renda e no desequilíbrio social.

Recentemente, a situação começou a melhorar. Os indicadores apontam que hoje somos mais iguais socialmente do que éramos há vinte anos. Hoje, o índice de Gini do Brasil está em 0,53, melhor do que o 0,6366 que tínhamos há dezoito anos.

4. DESENVOLVIMENTO EM SANTA CATARINA

4.1. DESENVOLVIMENTO EM SANTA CATARINA

A maneira como o Estado de Santa Catarina foi colonizado foi crucial para determinar a maneira como seria o seu desenvolvimento. É fato que todas as regiões partilhavam de algum tipo de semelhança, como o fato de o Norte, o Oeste e o Vale do Itajaí terem tido colônias particulares, sendo só a parte sul do estado ter sido constituída por colônias oficiais, patrocinadas pelo Governo Federal. Também houve a construção de ferrovias em todas as regiões para estimular o comércio local e a integrar a região como no resto do país. Segundo Goularti Filho (GOULARTI FILHO, 2007, p. 74) “Além das companhias colonizadoras, a construção de estradas

CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031

carroçáveis, de ferrovias e de portos também foram fundamentais para fixar os imigrantes, desenvolver o mercado local e integrar a região ao mercado nacional.”

Porém, o fato de novos imigrantes terem vindo de vários países, trazendo conhecimento em diversas áreas, fez com que houvesse uma diversificação das atividades econômicas, algo bastante diferente do que vinha acontecendo no resto do país.

No que se refere ao Oeste, a colonização não foi tão pacífica, quanto no resto do estado. Primeiro, o Governo Federal teve de lidar com a disputa de terras com a Argentina. Após ter resolvido a Questão de Palmas, o governo catarinense e o paranaense passaram a disputar entre si as terras daquela região, o que viria a ser conhecido como o Acordo de Limites. Quando foi selada a paz, em 1916, a colonização do Oeste efetivamente teve início. Em linhas gerais, a colonização dessa parte do estado foi feita por gaúchos que estavam em busca de novas terras, quer fosse pela pressão demográfica que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul, quer fosse pelas transformações que estavam ocorrendo na economia de Santa Cruz. A ocupação do Oeste se estendeu até 1950. Nesse meio tempo, foi feita a tentativa de se trazer imigrantes para aquela região, mas os esforços não foram bem sucedidos. “A Companhia Sul Brasil fez alguns ensaios para trazer imigrantes portugueses, belgas e italianos, mas só conseguiu atrair trezentas famílias de teuto-russos, descontentes com a Revolução Russa de 1917. (WERLANG, 1999).” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 79)

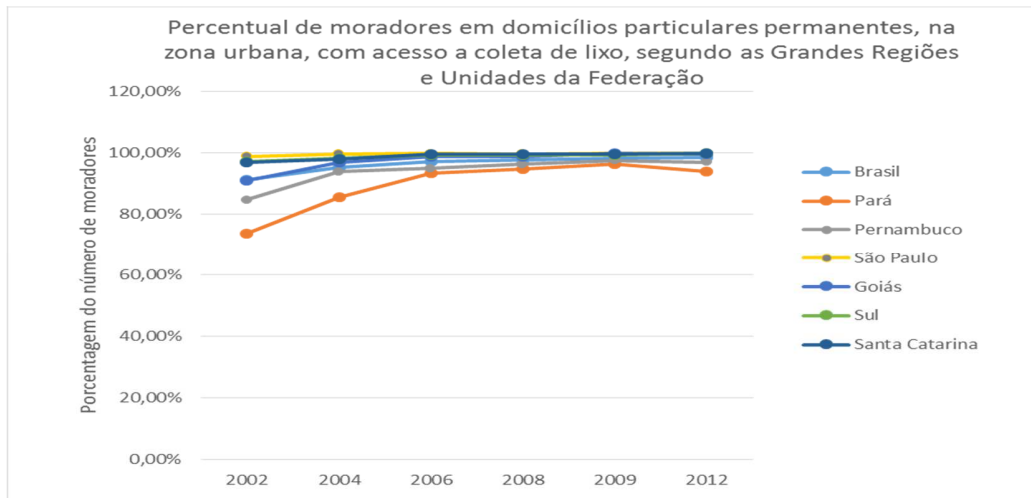
4.2. O BRASIL E SANTA CATARINA

Existem vários índices que podem nos auxiliar a medir a qualidade de vida e o grau de desenvolvimento de um determinado lugar. Nas próximas páginas, analisaremos alguns extraídos do Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, edições entre 2002 e 2015, que contém dados de 1998 até 2012, publicado pelo IBGE.

O primeiro gráfico a ser estudado é o de acesso à coleta de lixo na área urbana no Brasil, nas Grandes Regiões e Unidades da Federação. Ao longo dos anos, a melhora na coleta de lixo em todo o território nacional foi bastante sensível. Hoje, quase todo o lixo é coletado e a parcela que ainda é enterrada, jogada em rios e lagos ou em terrenos baldios é quase ínfima. Já Santa Catarina se aproximou da universalidade, alcançando a média de 99,5% do total do lixo coletado em todo o estado. A coleta de lixo é um assunto de extrema importância, pois relaciona indicadores como infraestrutura, gasto governamental com proteção ao meio-ambiente e a saúde.

Gráfico 1 – Percentual de moradores com acesso a coleta de lixo

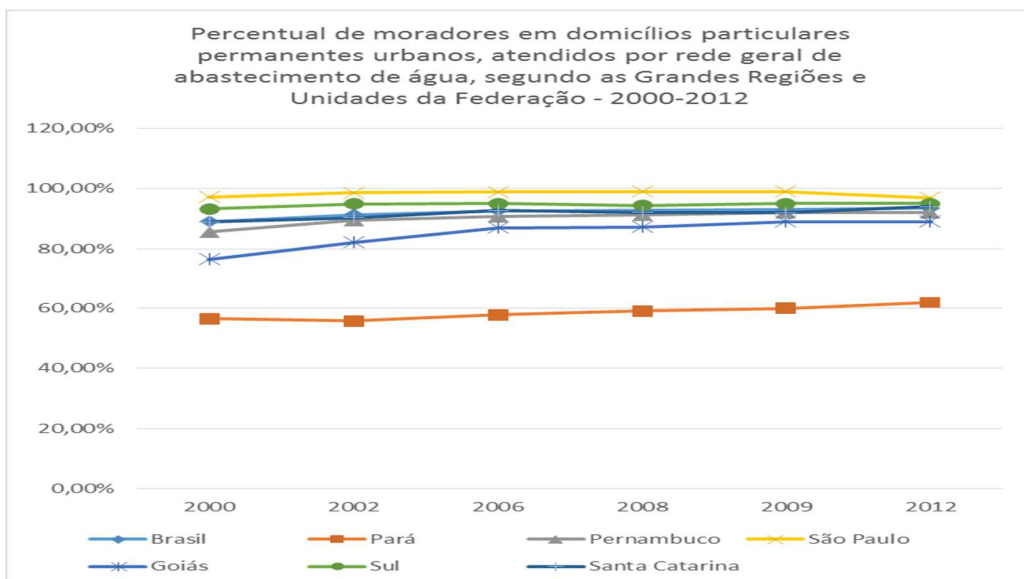
CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031



Fonte: IBGE

Seguindo a linha do primeiro gráfico, o segundo também é relacionado principalmente à saúde, mas também tem fundamentos sociais, e de desenvolvimento. O acesso à água tratada é um fator que assim como a coleta e destinação do lixo, tem crescido nos últimos anos. A legislação brasileira só considera como água em condições de ser consumida pela população aquela que é tratada antes de ser consumida. Desta forma, águas de poços, nascentes, carros-pipas e tantas outras formas não são consideradas como satisfatórias pelos órgãos reguladores. O gráfico a seguir representa as regiões urbanas.

Gráfico 2 – Percentual de moradores atendidos por rede geral de abastecimento de água

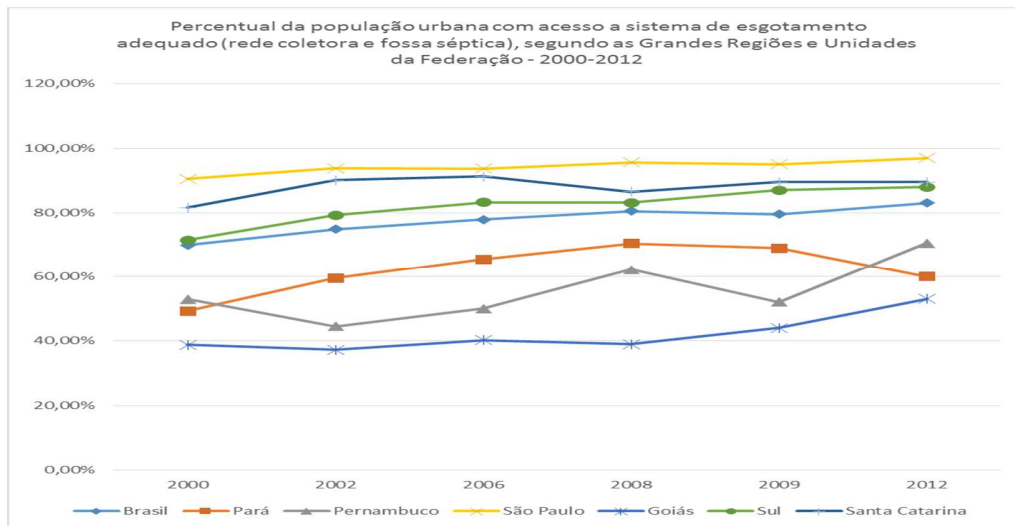


Fonte: IBGE

CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031

Essa é a última tabela da série sobre saneamento básico. Assim como as outras apresenta ligações com saúde, desenvolvimento, e qualidade de vida, e também representa a área urbana.

Gráfico 3 – Percentual da população urbana com acesso a sistema de esgotamento adequado

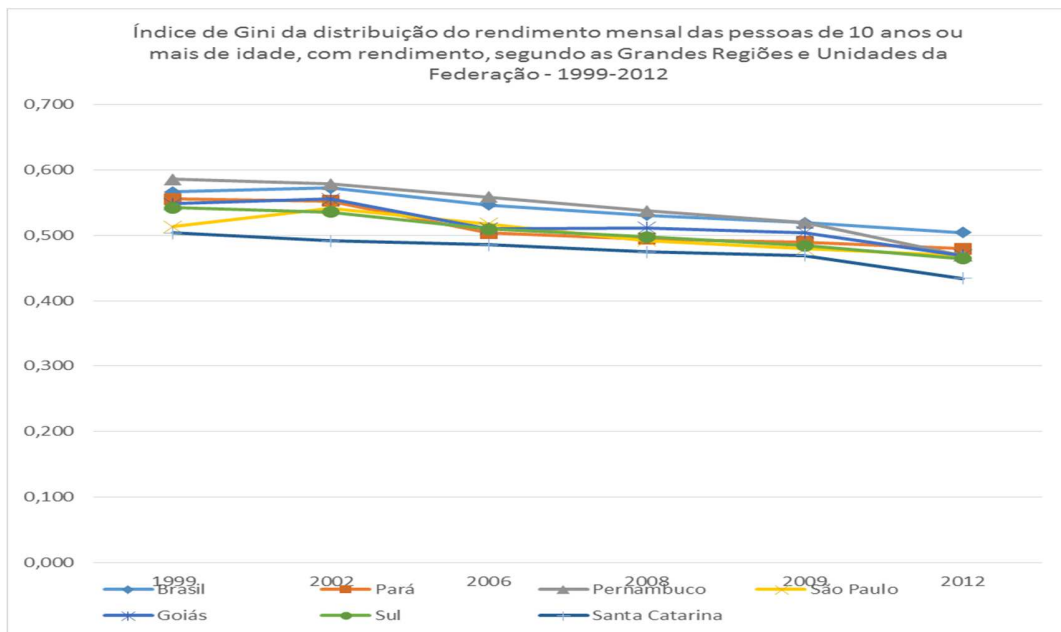


Fonte: IBGE

Começando a olhar para a parte social, apresentamos o Gráfico 4, que demonstra o Índice de Gini de alguns estados e da Região Sul. O Índice de Gini serve para mensurar o tamanho da desigualdade em determinada região. Variando de zero a 1, quanto mais próximo de 1, mais desigual é a sociedade daquele local, e quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a sociedade. Países como a França e a Alemanha apresentam 0,29 e 0,30 respectivamente como indicador.

Gráfico 4 – Índice de Gini

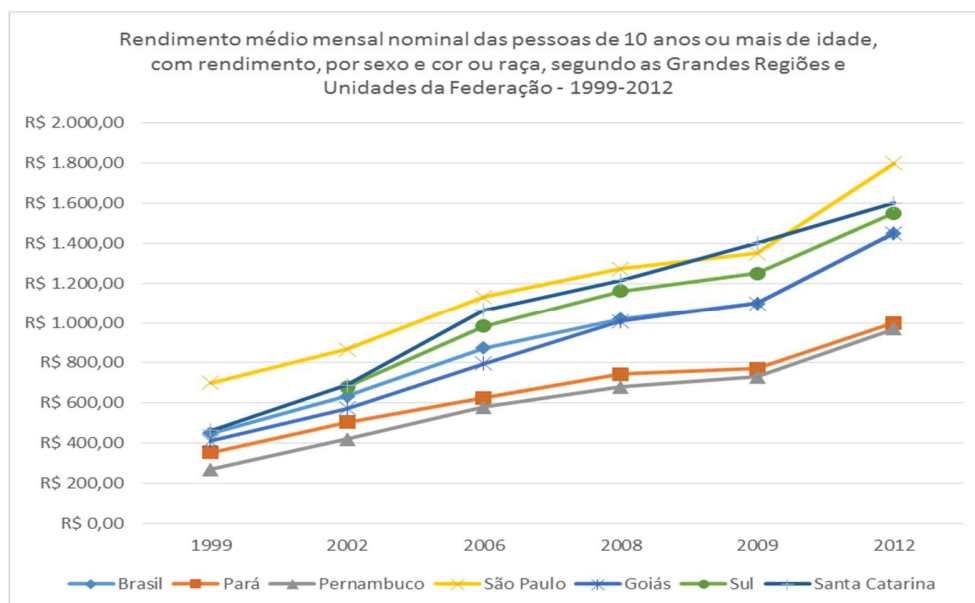
CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031



Fonte: IBGE

Continuando na parte social, será agora analisado o rendimento médio mensal de cada brasileiro. No Índice de Desenvolvimento Sustentável de 1999 o IBGE não trouxe o valor do rendimento médio mensal para a Região Sul. Por este motivo os valores para esta Grande Região só aparece a partir de 2002.

Gráfico 5 – Rendimento médio mensal

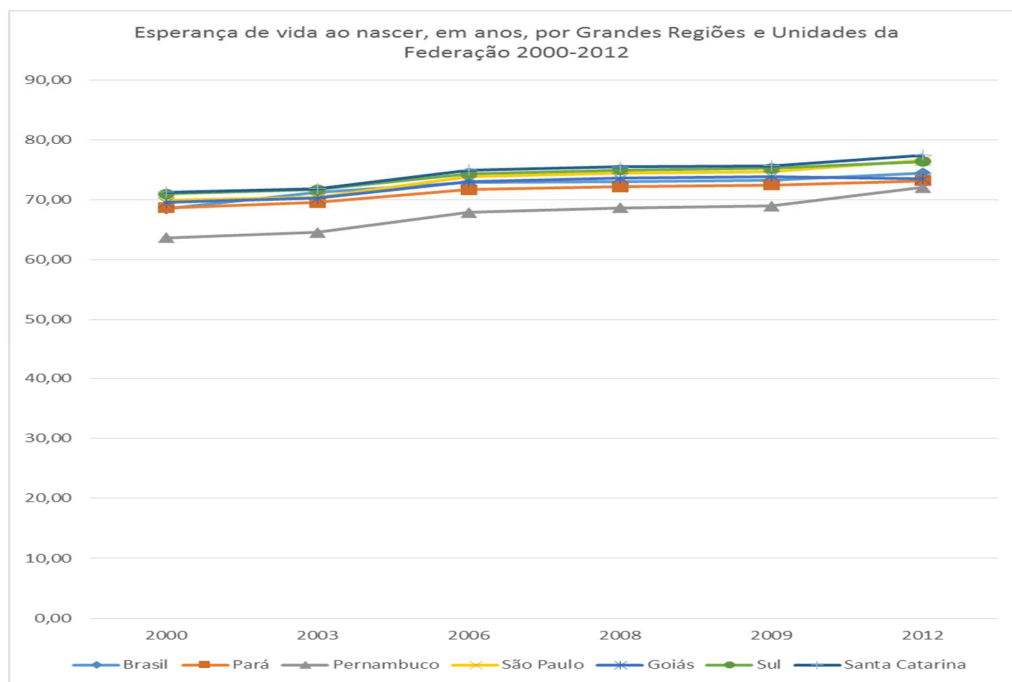


Fonte: IBGE

CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031

Entrando, na área da saúde, será analisado a esperança de vida ao nascer, algo fundamental em termos de análise de qualidade de vida, pois quanto maior for a esperança de vida ao nascer, melhor é a qualidade de vida de um determinado local. De 1992 a 2012, a esperança de vida do brasileiro teve um aumento de 5 anos - passou de 68,5 para 74,5 anos em 2012.

Gráfico 6 – Esperança de vida ao nascer

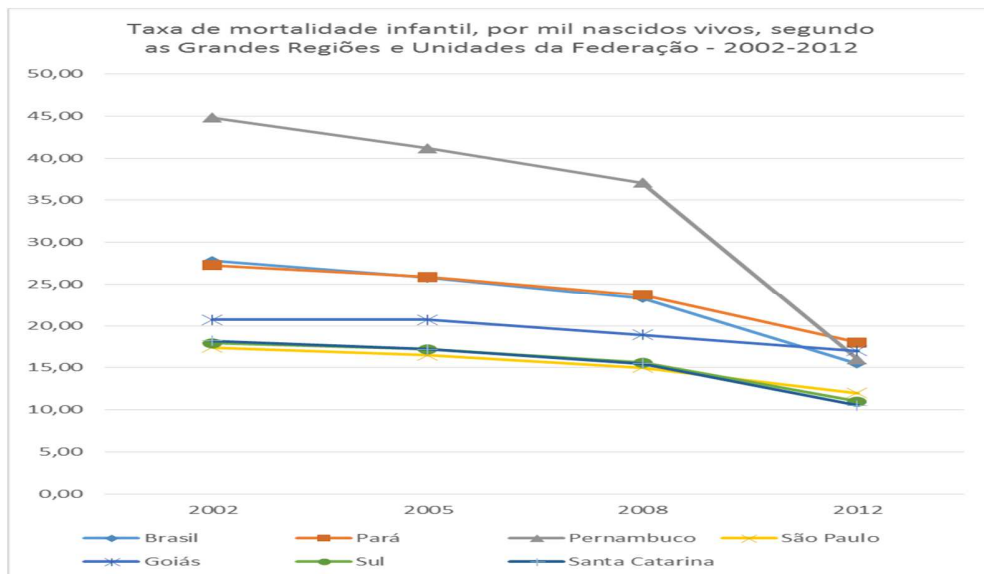


Fonte: IBGE

Outro indicador de qualidade de vida ou de condições mínimas de vida é a mortalidade infantil. Tendo reduzido seu número em incríveis 55% de 2002 até 2012, o Brasil ainda tem muito o que melhorar, embora as perspectivas sejam otimistas.

Gráfico 7 – Taxa de mortalidade infantil

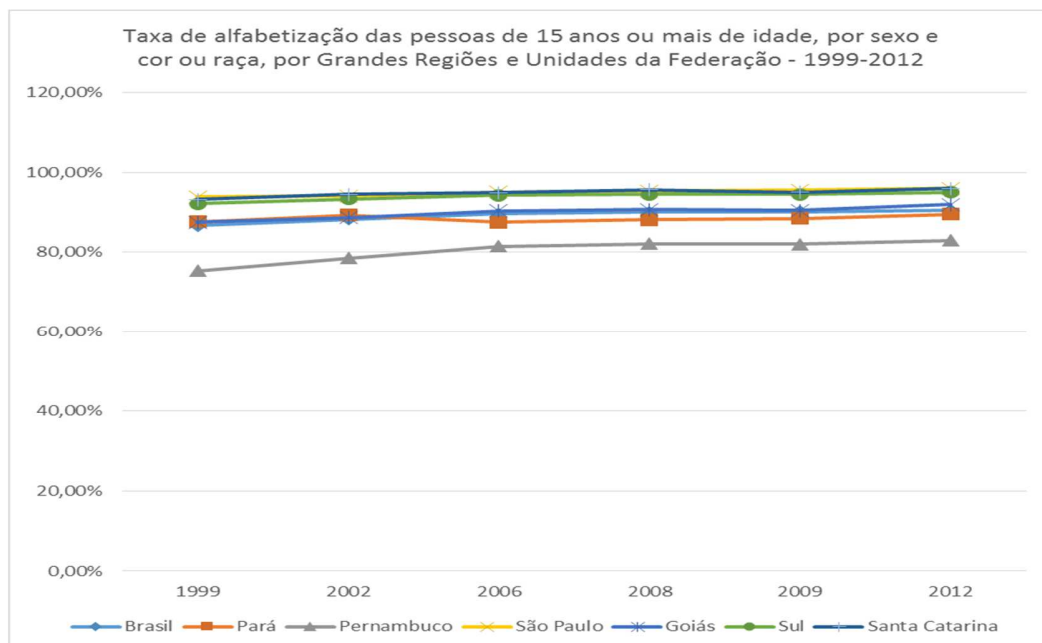
CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031



Fonte: IBGE

Passando a analisar a área educacional, o primeiro indicador a ser observado é a alfabetização da população. Esse índice mede o grau de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais.

Gráfico 8 – Taxa de alfabetização



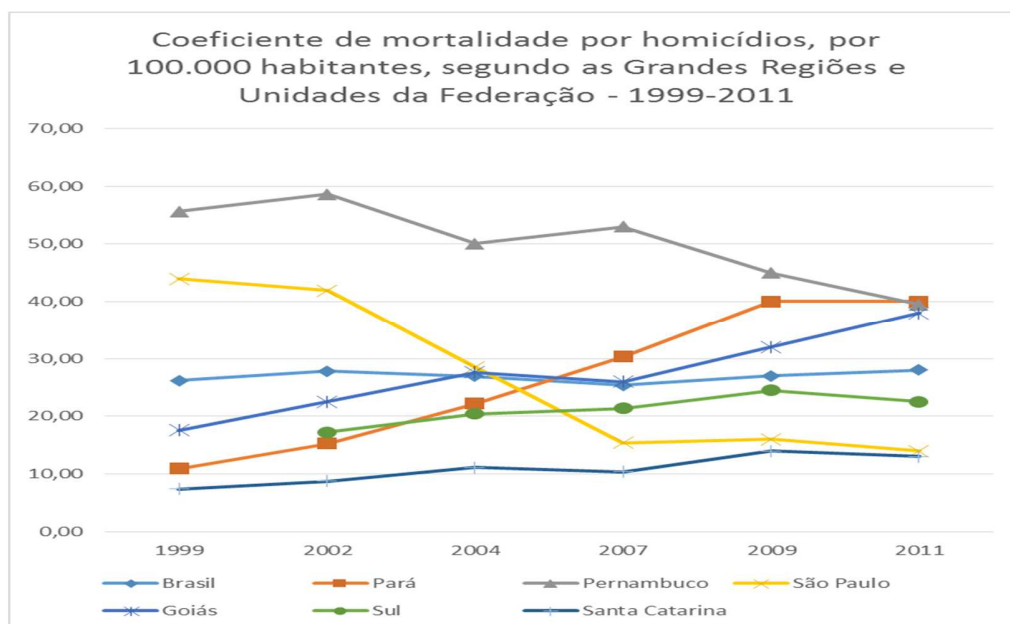
Fonte: IBGE

CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031

Um ponto crucial para mensurar a qualidade de vida da população é a segurança. A segurança é algo tão importante, que envolve questões não apenas sociais, como também econômicas. A escalada da violência nos últimos anos, não apenas tem matado mais pessoas, como tem também deixado sequelas emocionais nas famílias das vítimas, elevado os custos hospitalares e também os custos para o controle da violência.

O gráfico a seguir mostra o número de homicídios. Assim como no caso do Rendimento Médio Mensal, o Coeficiente de Mortalidade por Homicídio apenas traz valores para a região Sul a partir de 2002.

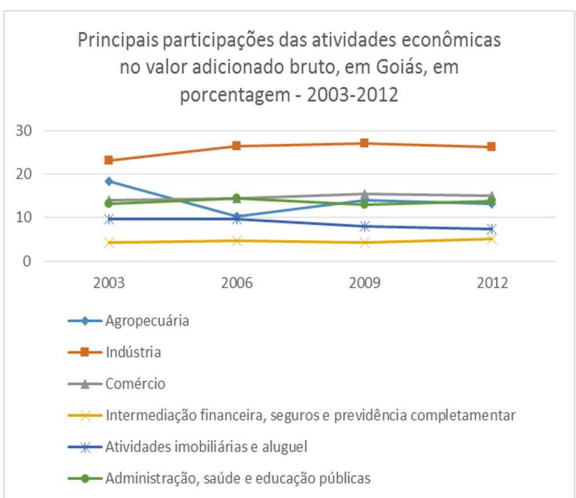
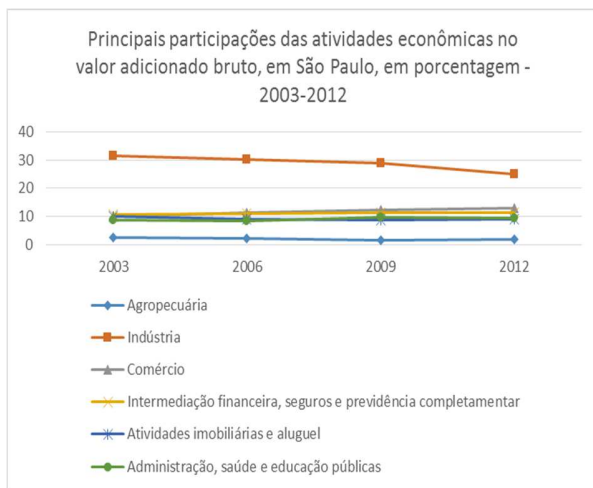
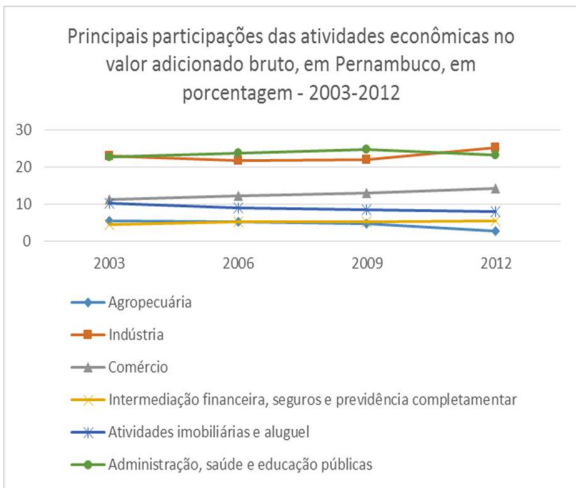
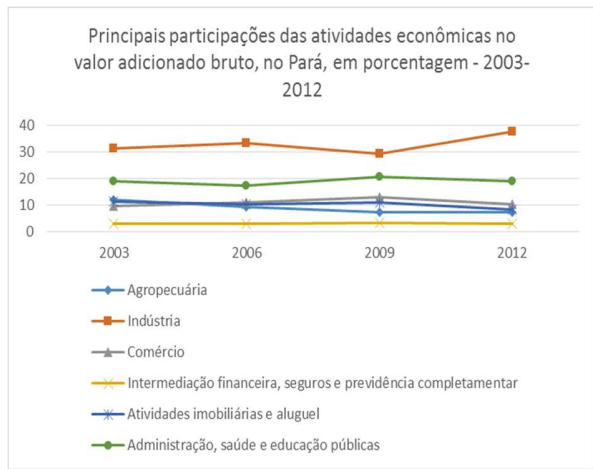
Gráfico 9 – Coeficiente de Mortalidade por Homicídio

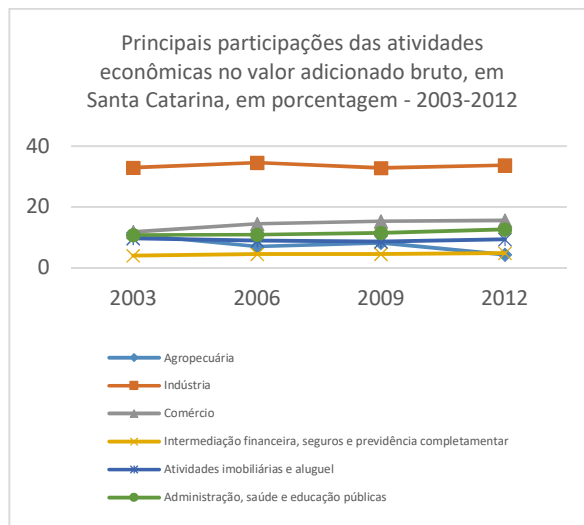
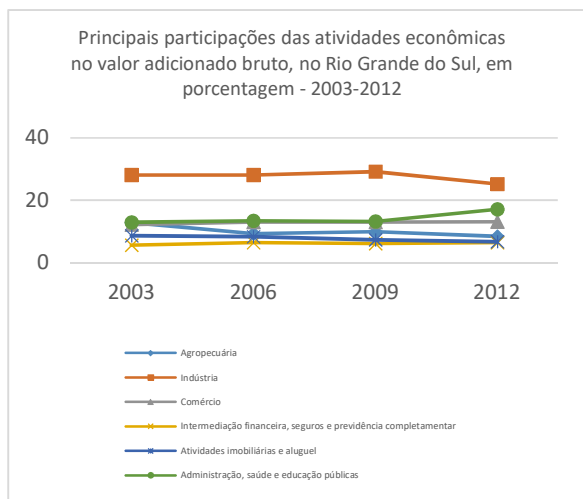


Fonte: IBGE

Para encerrar, mostramos alguns gráficos que expõem a participação de cada atividade econômica na formação do PIB nacional, por estados e na Região Sul. Como sabemos, o Brasil sempre teve tradição agrária e monocultora no seu passado. Hoje, percebe-se uma grande mudança no cenário geral, com a participação de vários setores. Para montarmos os gráficos abaixo, selecionamos as 6 principais atividades na formação do PIB do Brasil e verificamos a sua participação nos estados selecionados.

CRUZ, Thiago Vizine da. Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031





5. ANÁLISE DOS DADOS

No Gráfico 1, percebe-se que Santa Catarina obtém quase que a universalidade na coleta do lixo, mas outros indicadores estão relacionados a coleta, como por exemplo, o destino que esse lixo recebe. De acordo com o IDS (Indicadores de Desenvolvimento Sustentável) de 2010 do IBGE, o último que traz informações a esse respeito, embora o lixo coletado da área urbana seja quase que totalmente coletado da maneira adequada, 99,7%, em se tratando da área rural a situação é bastante diferente. Na área rural pouco mais da metade do lixo coletado no estado recebe um destino adequado, 47% do total coletado ainda recebe destinos como aterros sem tratamento, lixões, áreas alagadas, que acabam por contaminar o solo, e a água da região.

No Gráfico número 2, percebe-se que apesar de Santa Catarina estar com um valor bastante alto, existe certo equilíbrio com os outros estados do país, salvo algumas exceções no Norte do país, a média geral é bastante elevada.

Ao olharmos para a questão para o percentual da população com acesso a sistema de esgoto adequado, no gráfico 3, percebemos que a situação de Santa Catarina e da Região Sul são bastante diferenciadas em relação aos demais estados do país. Embora ainda haja muito para ser feito. Nenhum estado da Região Sul possui um percentual acima de 90%, embora todos tenham um percentual acima de 80%. Quanto aos outros estados, a situação é bastante variada. Na região Norte, por exemplo, existem casos como o de Roraima, onde mais de 95% da população tem acesso a um sistema de esgotamento adequado, até casos como o do Amapá, onde apenas 50% da população possui acesso a um sistema de esgotamento adequado.

CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031

Quando se passa para o Índice de Gini, no gráfico 4, percebe-se que muito ainda precisa ser feito, não apenas em Santa Catarina, mas no Brasil como um todo. Mesmo tendo o melhor índice do país, o Índice de Gini de Santa Catarina ainda é muito elevado, muito acima do que seria o tolerável.

O gráfico 5 nos mostra dados mais animadores. Observando o gráfico podemos perceber que apenas o estado de São Paulo possui um Rendimento Maior do que Santa Catarina. Se abrirmos os dados do IBGE, perceberemos que Santa Catarina possui o maior rendimento médio nominal da região Sul, e um dos melhores do país. Apenas o Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro possuem um Rendimento Médio Mensal maior do que Santa Catarina. Mas é importante não perder de vista que ainda existe uma diferença muito grande entre o rendimento masculino e o feminino e também o entre raças.

O gráfico 6 mostra que Santa Catarina está à frente dos outros estados, embora a diferença seja pequena se comparado com a região Sul como um todo, ou com alguns estados, como por exemplo, o estado de São Paulo.

O gráfico 7 mostra que embora tenha havido um avanço muito grande nos últimos anos, nenhum estado, ou Grande Região do país possui motivos para comemorar. Santa Catarina figura neste quesito como sendo o estado com o melhor índice, 10,5. Contudo, comparando com outros países do mundo, percebemos que a situação ainda está bastante longe do ideal, uma vez que os países da Europa, por exemplo, possuem uma média de 7 mortes por 1.000 nascidos vivos, e a América do Norte possui uma mortalidade infantil com um total de menos de 6 mortes por mil nascidos vivos.

O gráfico 8 taxa nos mostra que a taxa de alfabetização se encontra no mesmo patamar que vários estados do país, apresentando uma evolução modesta nos últimos anos.

Com relação ao gráfico 9, embora os estados de São Paulo e Pernambuco tenham conseguido reduzir seus níveis de mortes por homicídio, o estado de Santa Catarina possui uma evolução preocupante com relação a este quesito. O índice avançou quase 100% no período estudado, o que torna o índice catarinense quase igual ao índice paulista.

Por último, apresentamos alguns gráficos, um a nível nacional, e os demais separados por estados com as seis principais atividades econômicas do país e quanto estas atividades representam em cada estado. Como se sabe, cada estado e cada região possuem diferenças entre si acerca de uma “vocação” e de características. Assim, fica difícil fazer qualquer tipo de comparação. O que podemos observar é que algumas atividades, como a agricultura, vem perdendo espaço em quase todos os estados. É difícil encontrar um índice que tenha perdido sua participação de forma brusca, ou que tenha subido de maneira verticalizada, o que mostra que houve poucas mudanças nos pilares da economia de cada estado, e na do país.

6. CONCLUSÕES

Quando este trabalho foi iniciado, tinha-se o propósito de analisar como se deu o desenvolvimento de Santa Catarina nos últimos anos. A hipótese central era de que o estado tem conseguido se desenvolver de maneira correta, do ponto de vista econômico e social, o objetivo geral era comparar o desenvolvimento de Santa Catarina com o restante do país. Para isso, foi revisado o conceito de Desenvolvimento, feito um histórico do Desenvolvimento no Brasil e em Santa Catarina, comparado indicadores de Santa Catarina com os outros estados e procurou-se analisar os dados obtidos.

A revisão da literatura mostrou-se muito produtiva, não apenas por revisarmos o conceito de Desenvolvimento ou Crescimento Econômico, mas também pela possibilidade de observar um retorno a ideia original de Economia, aquela que se preocupa, não apenas com a acumulação de bens e capital, mas também com o homem e com a natureza.

Analisando os dados apresentados, chegou-se a conclusão que de fato Santa Catarina é um estado diferente da média nacional, mas não há motivos para que se pressuponha que está em um nível muito melhor do que o restante do país. Na verdade, o que se observou é que a diferença vem caindo ao longo dos anos na maioria dos índices.

O gráfico 2 mostra que a diferença existente entre Santa Catarina e os outros estados brasileiros no final da década de 90, caiu e hoje, já quase não existe. Da mesma forma, o gráfico 3 mostra que a diferença entre Santa Catarina diminuiu nos últimos anos, embora a diferença seja bem maior em comparação com o gráfico anterior.

O Índice de Gini (gráfico 4) e o Rendimento Médio Mensal (gráfico 5) mostram que Santa Catarina ainda é um estado privilegiado, pois ambos os índices apresentados são muito bons. Santa Catarina possui o melhor Índice de Gini, e o segundo melhor Rendimento Médio Mensal.

No caso da Esperança de Vida ao Nascer (gráfico 6) a diferença entre os demais estados parece ter oscilado bastante nos últimos anos. Observando os gráficos com os estados selecionados, é possível perceber que a diferença parece diminuir no ano de 2003, e agora parece voltar a aumentar. Já na Taxa de Mortalidade Infantil (gráfico 7), a diferença entre Santa Catarina e os demais estados caiu, embora seja possível observar que os indicadores caminham para níveis próximos aos de países desenvolvidos.

O gráfico 8 mostra uma certa homogeneidade entre os estados, já que a partir de 2006 todos os estados estudados possuem uma taxa de alfabetização entre 80% e 100%.

CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031

O gráfico 9 mostra um dado alarmante – no estado de Santa Catarina a taxa de mortalidade por homicídios quase que dobrou os últimos anos.

Para finalizar, os últimos gráficos servem apenas como curiosidade, uma vez que cada estado brasileiro tem um estilo totalmente diferente, e assim, um tipo de economia diferente.

Em resumo, é preciso que se tome consciência de que a situação não é tão boa como muitos presumem. Santa Catarina ainda é um dos melhores estados brasileiros para viver, mas as diferenças existentes em relação aos outros estados vêm diminuindo. Alguns exemplos das deficiências que vem se alastrando pelo estado são: a falta de infraestrutura, a poluição nos centros urbanos e nas praias que vem aumentando nos últimos anos, a falta de saneamento básico, o aumento do desmatamento da Mata Atlântica e o déficit habitacional e urbanístico. Sendo assim, torna-se evidente que para que Santa Catarina continue sendo um dos melhores estados no Brasil para se viver, é necessário que se criem políticas que venham em resposta a todos estes problemas.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L.C **O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido.** Rio de Janeiro: Revista Dados, 2004.

CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1988.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 27 ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: abril Cultural, 1983

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina.** 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

IBGE, **Indicadores de desenvolvimento sustentável 2002.** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002.

IBGE, **Indicadores de desenvolvimento sustentável 2004.** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

IBGE, **Indicadores de desenvolvimento sustentável 2008.** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

IBGE, **Indicadores de desenvolvimento sustentável 2008.** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

CRUZ, Thiago Vizine da. **Desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina: uma análise comparativa a nível nacional e estadual**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.10, n.4, p.21-41, TRIV 2016. ISSN 1980-7031

IBGE, **Indicadores de desenvolvimento sustentável 2008**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

IBGE, **Indicadores de desenvolvimento sustentável 2008**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.

PNUD. **Desenvolvimento humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 02/11/2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

THEIS, I. M. **Desenvolvimento e meio ambiente em Santa Catarina**. Joinville: UNIVILLE, 2006.

THEIS, I. M. **Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

TODARO, M. P. e STEPHEN, C. S. **Economic Development**. 8th ed. The Addison – Wesley, 2003

<http://www.eurofound.europa.eu/areas/qualityoflife/eurlife/index.php?template=3&radioindic=158&idDomain=3>. Acesso em: 02 de novembro de 2009.